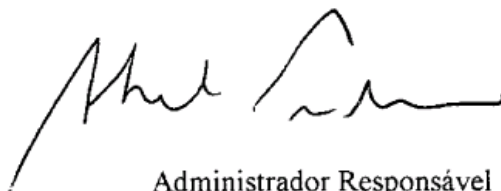


Imobiliária Construtora Grão-Pará, S.A.

Informação complementar

Na sequência de pedido formulado pela C.M.V.M. em 18 de Abril, apresenta-se informação complementar relativa à Reserva por desacordo reflectida no parágrafo 8 da Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria, em relação ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2001, tendo em consideração o efeito resultante da aplicação da Directriz Contabilística nº 9 nas contas da empresa. Tais efeitos resultariam num acréscimo dos Investimentos Financeiros e Capitais Próprios no montante de € 5.820.482, incluindo um efeito negativo do Resultado Líquido do Exercício de € 1.682.030.



Administrador Responsável

Pelas relações com o Mercado

Imobiliária Construtora Grão-Pará, S.A.

Informação complementar

Na sequência de pedido formulado pela C.M.V.M. em 01 de Julho, apresenta-se informação complementar relativa às Reservas por desacordo reflectidas nos parágrafos 8 e 9 da Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria das Contas Consolidadas, em relação ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2001, tendo em consideração os efeitos resultantes da sua aplicação nas diversas Rubricas do Balanço.

	Valores 31-12-2001	RESERVA Ponto 8	RESERVA Ponto 9	TOTAL
ACTIVO	131.008.841,96		- 735.090,00	130.273.751,96
CAPITAIS PRÓPRIOS	22.654.741,42			21.171.454,42
- Resultados transitados	- 38.310.183,65	- 748.197,00	- 673.840,00	- 39.732.220,65
- Resultados Liquidos	-5.494.608,81		-61.250,00	-5.555.858,81
INTERESSES MINORITÁRIOS	5.727.910,02			5.727.910,02
PASSIVO	102.626.190,52	748.197,00		103.374.387,52
TOTAL DO C.PRÓPRIOS DOS INT.MINORITÁRIOS E DO PASSIVO	131.008.841,96			130.273.751,96

Administrador Responsável

Pelas relações com o Mercado

BALANÇO

31 de Dezembro de 2001

EUR
Pag. 1/2

ACTIVO	Exercícios			
	2001		2000	
	Activo Bruto	Amort.Prov.Acum.	Activo Líquido	Activo Líquido
Imobilizado:				
Imobilizações Incorpóreas				
Despesas Invest.e Desenvolvimento	115.146,00	115.146,00	0,0	0,0
Propriedade Industrial e out. Direitos	3.542,46	3.542,46	0,0	0,0
	118.688,46	118.688,46	0,0	0,0
Imobilizações Corpóreas				
Edifícios e Outras Construções	51.999.219,02	6.555.718,17	45.443.500,85	16.150.330,24
Equipamento Básico	3.633.489,01	2.320.004,31	1.313.484,70	1.431.231,85
Equipamento de Transporte	357.670,78	294.913,23	62.757,55	49.269,65
Ferramentas e Utensílios	45.235,57	42.117,11	3.118,46	3.614,75
Equipamento Administrativo	1.036.906,34	838.979,20	197.927,14	273.780,92
Outras Imob. Corpóreas	203.187,73	188.812,51	14.375,22	19.239,34
Imobilizações em Curso	32.228,68		32.228,68	32.228,68
	57.307.937,12	10.240.544,52	47.067.392,60	17.959.695,43
Investimentos Financeiros				
Partes de Capital em Emp. Do Grupo	14.854.782,09		14.854.782,09	14.856.475,30
Títulos e Outras Aplicaç. Financeiras	7.669,90		7.669,90	7.669,90
	14.862.451,98	0,00	14.862.451,98	14.864.145,20
Circulante:				
Existências				
Materia-primas Subsidiárias e de Cons.	8.782,90		8.782,90	12.305,63
Produtos e Trabalhos em Curso	8.152.870,20	485.740,80	7.667.129,40	8.067.461,82
Produtos Acabados e Intermédios	545.511,94	0,00	545.511,94	3.970.535,46
Mercadorias	657.152,47		657.152,47	1.473.079,31
	9.364.317,50	485.740,80	8.878.576,70	13.523.382,22
Dívidas de Terceiros - Médio e longo Prazo				
Clientes Conta Corrente	19.789.613,29		19.789.613,29	23.377.455,86
Outros Devedores	8.197.613,08	0,00	8.197.613,08	7.517.473,44
	27.987.226,37	0,00	27.987.226,37	30.894.929,30
Dívidas de Terceiros - Curto Prazo				
Clientes Conta Corrente	298.547,71	0,00	298.547,71	200.248,85
Clientes Cobrança Duvidosa	375.301,60	375.301,60	0,00	0,00
Adiantamentos a Fornecedores	393,70		393,70	55.261,47
Estado e Out. Entes Públicos	45.912,58		45.912,58	14.872,90
Outros Devedores	297.161,45	196.056,16	101.105,28	287.905,96
	1.017.317,03	571.357,76	445.959,27	558.289,18
Depósitos Bancários e Caixa:				
Depósitos Bancários	685.278,81		685.278,81	26.672,95
Caixa	10.243,29		10.243,29	6.870,25
	695.522,09		695.522,09	33.543,21
Acrescimos a Diferimentos:				
Acrescimos e Proventos	1.098,75		1.098,75	8.002,78
Custos Diferidos	12.638,70		12.638,70	15.136,35
	13.737,45		13.737,45	23.139,13
Total de Amortizações		10.359.232,98		
Total de Provisões		1.057.098,56		
Total de Activo	111.367.198,01	11.416.331,54	99.950.866,46	77.857.123,66

A Administração

O Técnico Oficial de Contas

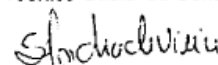



	Exercícios	
	2001	2000
Capital Proprio e Passivo		
Capital Proprio:		
Capital	12.500.000,00	12.469.947,43
Acções (Quotas) Proprias:		
Valor Nominal	(1.027,52)	(1.027,52)
Premios e Descontos	(948,75)	(948,75)
Premios de Emissão de Acções (Quotas)	4.888.219,39	4.888.219,39
Reservas de Reavaliação	46.462.264,08	20.415.183,76
Reservas:		
Reservas Legais	349.163,16	349.163,16
Outras Reservas	3.315.596,05	3.315.596,05
Resultados Transitados	(34.400.599,96)	(27.477.068,24)
Resultado Liquido do Exercício	(5.568.689,59)	(6.923.531,71)
Total do Capital Proprio	27.543.976,86	7.035.533,56
Passivo		
Provisões para Riscos e Encargos:		
Outras Provisões p/ Riscos e Encargos	-	27.433,88
Dívidas a Terceiros - Médio e Longo Prazo		
Dívidas a Instituições de Crédito	-	-
Fornecedores Conta Corrente	115.269,17	110.242,94
Outros empréstimos Obtidos	-	-
Outros Credores	7.024.327,98	4.584.023,73
	7.139.597,15	4.694.266,67
Dívidas a Terceiros - Curto Prazo		
Dívidas a Instituições de Crédito	57.333.142,85	61.750.052,12
Fornecedores Conta Corrente	162.211,92	133.784,52
Fornecedores Títulos a Pagar	6.474,39	-
Fornecedores de Imob. - Títulos a Pagar	-	-
(Restantes Accionistas (Sócios))	25.260,64	25.260,64
Adiantamentos de Clientes	12.395,14	8.853,04
Outros Empréstimos Obtidos	-	-
Fornecedores de Imobilizado C/C	23.869,26	114.789,61
Estado e Outros Entes Públicos	2.916.633,68	2.053.264,33
Outros Credores	119.610,99	109.956,36
	60.599.598,86	64.195.960,63
Acréscimos e deferimentos:		
Acréscimos de custos	4.629.822,65	1.889.008,30
Proveitos diferidos	37.870,94	14.920,63
	4.667.693,59	1.903.928,93
Total do Passivo	72.406.889,60	70.821.590,11
Total do Capital Próprio dos Interesses Minoritários e do Passivo	99.950.866,46	77.857.123,66

A Administração



O Técnico Oficial de Contas



IMOBILIÁRIA CONSTRUTORA GRÃO-PARÁ, S.A

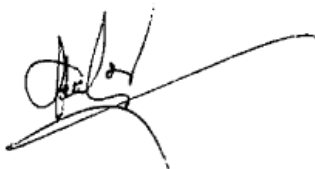
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

31 de Dezembro de 2001

EUR
Pag. 1/2

CUSTOS E PERDAS	Exercícios			
	2001		2000	
Custo das Mercadorias vendidas e Materias-Primas consumidas:				
Mercadorias	939.536,12		75.040,41	
Materias	356.542,00	1.296.078,12	332.874,88	407.915,29
Fornecimento e Serviços Externos		1.500.328,50		1.412.852,85
Custos com o pessoal:				
Remunerações	1.700.222,52		1.597.618,25	
Encargos Sociais:				
Pensões	-		632,24	
Outros	477.010,55	2.177.233,08	441.067,86	2.039.318,35
Amortizações de Imobilizações Corpóreas e Incorpóreas	646.644,33		639.010,62	
Provisões	370.978,02	1.017.622,35	432.722,81	1.071.733,44
Impostos	194.313,93		163.849,53	
Outros Custos Operacionais	241.533,23	435.847,16	306.872,48	470.722,00
(A)		6.427.109,21		5.402.541,94
Juros e Custos Similares				
Outros	7.845.970,10	7.845.970,10	7.918.163,11	7.918.163,11
(C)		14.273.079,32		13.320.705,05
Custos e Perdas Extraordinários		152.627,59		640.967,08
(E)		14.425.706,90		13.961.672,13
Imposto sobre o Rendimento		124.298,18		104.338,53
(G)		14.550.005,08		14.066.010,66
Resultado Líquido do Exercício		(5.568.689,59)		(6.923.531,71)
		8.981.315,49		7.142.478,94

A Administração

O Técnico Oficial de Contas



IMOBILIÁRIA CONSTRUTORA GRÃO-PARÁ, S.A

DEMONSTÇÃO DOS RESULTADOS

31 de Dezembro de 2001

EUR
Pag. 2/2

<u>Proveitos e Ganhos</u>	Exercícios			
	2001		2000	
Vendas:				
Mercadorias	2.486.630,22		348.097,06	
Produtos	42.397,82		798.076,64	
Prestação de Serviços	3.272.918,00	5.801.946,04	2.666.743,76	3.812.917,45
Variação da produção		15.027,82		(2.058.756,76)
Trabalhos p/ a própria Empresa		-	-	-
Proveitos Suplementares	671.506,78		498.137,65	
Outros Proveitos Operacionais	-	671.506,78	-	498.137,65
(B)		6.488.480,64		2.252.298,35
Outros Juros e Proveitos Similares				
Relativos a empresas do grupo	2.051.025,76		2.137.925,28	
Outros	283,83	2.051.309,58	379,22	2.138.304,49
(D)		8.539.790,22		4.390.602,84
Proveitos e Ganhos Extraordinários		441.525,27		2.751.876,10
(F)		8.981.315,49		7.142.478,94

Resumo:

Resultados Operacionais (B) - (A)	61.371,43	(3.150.243,59)
Resultados Financeiros (D-B) - (C-A)	(5.794.660,52)	(5.779.858,62)
Resultados Correntes (D) - (C)	(5.733.289,09)	(8.930.102,21)
Resultado Antes de Imposto (F) - (E)	(5.444.391,41)	(6.819.193,18)
Resultado Líquido do Exercício (F) - (G)	(5.568.689,59)	(6.923.531,71)

A Administração



O Técnico Oficial de Contas



DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES

EUR

	EXERCÍCIOS	
	2001	2000
Vendas e prestações de serviços	5.801.946,04	3.812.917,45
Custos de vendas e das prest. Serviços	2.619.742,10	3.864.201,68
Resultados Brutos	3.182.203,94	(51.284,23)
Outros proveitos e ganhos operacionais	686.590,96	498.137,65
Custos de Distribuição	89.758,22	136.139,03
Custos Administrativos	2.204.441,82	1.796.283,95
Outros custos e perdas operacionais	1.523.022,80	1.664.674,04
Resultados Operacionais	51.572,06	(3.150.243,59)
Custo líquido de financiamento	4.684.227,10	4.325.634,14
Ganhos (perdas) em filiais e associadas		
Ganhos (perdas) em outros investimentos		
Resultados não usuais ou não frequentes	(730.237,10)	1.084.584,90
Resultados Correntes	(5.362.892,14)	(6.391.292,83)
Imposto s/ Resultados correntes	124.298,18	104.338,53
Resultados Correntes após impostos	(5.487.190,32)	(6.495.631,36)
Resultados Extraordinários	(81.499,27)	(427.900,36)
Imposto s/ Resultados Extraordinários		
Resultados Líquidos	(5.568.689,59)	(6.923.531,71)
Resultado por Ação		

St. Ind. Viçosa



IMOBILIÁRIA CONSTRUTORA GRÃO-PARÁ, S.A

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
2001

EUR

Actividades Operacionais:

Recebimentos de clientes	2.466.295,02	
Pagamentos a fornecedores	-1.193.093,34	
Pagamentos ao pessoal	-906.821,85	
Fluxo gerado pelas operações	<u>366.379,83</u>	
Pag/Rec. Do imposto sobre o Redimento	-1.311,71	
Outros Rec/Pag. relativos a actividade operacional	9.659.290,52	
Fluxos gerados antes das rub. Extraordinárias	<u>10.024.358,65</u>	
Recebimentos relacionados c/ rub. Extraordinárias	4.487,41	
Pagamentos relacionados c/ rub. Extraordinárias	-7.520,90	
Fluxos das actividades operacionais (1)		<u>10.021.325,15</u>

Actividades de investimento:

Pagamentos respeitantes a:		
Investimentos financeiros	-2.469,05	
Imobilizações corpóreas	<u>0,00</u>	
Fluxos das actividades de investimento (2)		<u>-2.469,05</u>

Actividades de financiamento:

Recebimentos provenientes de:		
Empréstimos Obtidos		
Pagamentos respeitantes a:		
Empréstimos obtidos	-551.459,04	
Amort. De contratos de locação financeira		
Juros e custos similares	-3.932.420,09	
Dividendos		
Aquisição de acções próprias		
Fluxos das de financiamento (3)		<u>-4.483.879,13</u>

Variação de caixa e seus equivalentes	5.534.976,97
Efeitos das diferenças de cambio	-1.100.571,43
Caixa e seus equivalentes no inicio do periodo	-22.991.314,09
Caixa e seus equivalentes no fim do periodo	-17.449.466,82

Siti

**Certificação Legal das Contas
e
Relatório de Auditoria**

Introdução

1. Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a Certificação Legal das Contas e o Relatório de Auditoria sobre a informação financeira contida no Relatório de gestão e nas demonstrações financeiras anexas do exercício de 2001 da **Imobiliária Construtora Grão Pará, S.A.**, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2001, que evidencia um total de 99.950.866 Euros e um total de capital próprio de 27.543.977 Euros, incluindo um resultado líquido negativo de 5.568.690 Euros, as Demonstrações dos resultados por naturezas e por funções e a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração: (i) a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa; (ii) que a informação financeira histórica seja preparada de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (iii) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado; (iv) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a actividade da Empresa, a sua posição financeira ou resultados; e (v) que a informação financeira prospectiva seja elaborada e apresentada com base em pressupostos e critérios adequados e coerentes e esteja suportada por um sistema de informação apropriado.

3. A nossa responsabilidade consiste em examinar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, incluindo a verificação de que, para os aspectos materialmente relevantes, é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

Âmbito

4. Excepto quanto à limitação descrita no parágrafo 7 abaixo, o exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que este seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o

referido exame incluiu: i) a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação; ii) a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; iii) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações; iv) a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras; e (v) a verificação, para os aspectos materialmente relevantes, de que a informação financeira é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

5. O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com os restantes documentos de prestação de contas.

6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Reservas

7. À data de 31 de Dezembro de 2001, encontravam-se em mora responsabilidades perante a Administração fiscal e a Segurança Social, no montante de cerca de 2.784.603 Euros (conforme Nota nº 28 do Anexo), pelo que poderão ser liquidados à Empresa juros, no montante de cerca de 536.292 Euros, e coimas, cujo montante está dependente de decisão administrativa, encontrando-se apenas provisionado o valor correspondente aos juros. Considerando que, após o Acordo de Fecho do Acordo Global, a Empresa, conjuntamente com as suas associadas, constituiu-se credora do Estado Português, tendo instaurado um processo para o reconhecimento de um crédito fiscal e para a possibilidade da sua utilização no pagamento de impostos e outras dívidas de natureza fiscal, incluindo Segurança Social (Nota nº 49 do Anexo), não conseguimos apurar da extensão das eventuais responsabilidades inerentes àquela situação.

8. As demonstrações financeiras individuais referidas no parágrafo 1 acima relevam os Investimentos financeiros em empresas filiais e associadas pelo método do custo, não reflectindo assim os efeitos no Resultado do período e no Capital próprio que resultariam da aplicação do método de equivalência patrimonial, conforme requerido pela Directriz Contabilística nº 9. No entanto e em conformidade com os requisitos legais, a Empresa tem a obrigação de preparar informação financeira consolidada em referência àquela mesma data, pelo que se considerarmos o valor dos ajustamentos de consolidação referentes à eliminação das participações em partes de capital da Empresa mãe, o Capital próprio seria acrescido em cerca de 7.057.397 Euros, incluindo o Resultado líquido atribuível ao exercício.

Opinião

9. Em nossa opinião, excepto quanto aos efeitos dos eventuais ajustamentos que poderiam revelar-se necessários caso não existisse a limitação descrita no parágrafo 7 acima, e excepto quanto ao efeito da situação descrita no parágrafo 8 acima, as referidas

demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da **Imobiliária Construtora Grão Pará, S.A.** em 31 de Dezembro de 2001, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal e a informação financeira nelas constante é, para os aspectos materialmente relevantes, completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

Ênfases

10. Sem afectar a opinião expressa no parágrafo anterior, chamamos a atenção para as situações seguintes:

- i) Subsistem em balanço saldos devedores de associadas de cerca de 23.440.632 Euros, alguns dos quais de antiguidade considerável, cuja regularização se encontra dependente da concretização de algumas acções que potenciem as condições para gerar proveitos para o Grupo, nomeadamente a alienação de activos ou a sua afectação à concretização de novos empreendimentos, assim como a rentabilização das unidades hoteleiras em exploração;
- ii) Para além dos saldos referidos no parágrafo anterior, estão ainda relevados, na rubrica de Existências, projectos em curso de significativa antiguidade, da responsabilidade de empresas associadas, no valor de cerca de 5.082.319 Euros, que embora valorizados, em parte, com base em estimativas e na aplicação de tabelas de honorários, de acordo com cada uma das fases da sua execução, admitimos que a sua recuperação esteja assegurada, tendo em conta a recente evolução das condições estratégicas inerentes ao desenvolvimento dos empreendimentos que se encontram associados a alguns daqueles projectos;
- iii) No exercício corrente a Empresa efectuou a reavaliação económica do edifício sede e de duas instalações hoteleiras, no valor total de 26.077.133 Euros, com base em relatórios de avaliação requeridos a peritos independentes credenciados de acordo com as normas da APAE (Associação Portuguesa de Avaliadores de Engenharia), justificados com as alterações significativas do "Valor de Mercado" para as respectivas zonas de implantação. Para além destes imóveis, existem ainda outros bens registados no Activo da Empresa que poderão da mesma forma potenciar reservas contabilísticas de valor significativo.

Lisboa, 12 de Março de 2002

Pereira Rosa, Victor Ladeiro, S.R.O.C.

Representada por:


Victor Manuel Leitão Ladeiro

31 de Dezembro de 2001

ATIVO	Exercícios			
	2001			2000
	Activo Bruto	Amort. Prov. Acum.	Activo Liquido	Activo Liquido
Imobilizado:				
Imobilizações Incorpóreas	60.057,15	55.773,75	4.283,41	8.565,52
Despesas de Instalação	115.146,00	115.146,00	0,00	0,00
Despesas Invest. e Desenvolvimento	6.385,61	6.385,61	0,00	0,00
Propriedade Industrial e out. Direitos	181.588,76	177.305,35	4.283,41	8.565,52
Imobilizações Corpóreas	16.597.720,97		16.597.720,97	16.619.206,85
Terrenos e Recursos Naturais	95.070.216,00	25.869.043,18	69.201.172,82	41.707.405,62
Edifícios e Outras Construções	12.936.764,91	11.449.495,51	1.487.269,40	1.621.762,25
Equipamento Básico	676.502,57	590.196,47	86.306,10	85.557,11
Equipamento de Transporte	167.354,27	154.342,47	13.011,81	8.335,29
Ferramentas e Utensílios	5.306.887,99	4.982.073,93	324.814,05	531.024,74
Equipamento Administrativo	74,32	74,32	0,00	
Taras e Vasilhame	1.786.158,33	1.605.774,17	180.384,16	206.384,71
Outras Imob. Corpóreas	63.872,66		63.872,66	63.872,66
Imobilizações em Curso	38.749,51		38.749,51	38.749,51
Adiantamentos por conta Imob. Corp.	132.644.301,52	44.651.000,05	87.993.301,47	60.882.298,75
Investimentos Financeiros	10.444.130,27	331.700,60	10.112.429,67	8.997.984,91
Partes de Capital em Emp. Associadas	687.293,21		687.293,21	687.293,21
Títulos e Outras Aplicaç. Financeiras	212.971,99		212.971,99	0,00
Adiantamentos por conta Inv. Financeir.	11.344.395,47	331.700,60	11.012.694,87	9.685.278,12
Circulante:				
Existências	270.071,69	55.657,99	214.413,71	204.658,05
Materia-primas Subsidiárias e de Cons.	8.549.521,39	485.740,80	8.063.780,59	8.484.113,01
Produtos e Trabalhos em Curso	3.782.235,63	0,00	3.782.235,63	7.520.968,09
Produtos Acabados e Intermediários	1.337.640,16		1.337.640,16	1.634.708,06
Mercadorias	13.939.468,87	541.398,79	13.398.070,08	17.824.447,21
Dívidas de Terceiros - Curto Prazo	809.968,41	0,00	809.968,41	623.698,73
Clientes Conta Corrente		0,00		0,00
Clientes - Títulos a Receber	926.148,04	920.013,33	6.134,71	0,00
Clientes Cobrança Duvidosa	108.854,81	37.409,84	71.444,97	71.956,97
Outros Accionista (Socios)	107.259,71		107.259,71	44.507,68
Estado e Out. Entes Públicos	1.473,41		1.473,41	60.082,17
Adiantamentos a Fornecedores	16.972.425,40	292.194,92	16.680.230,48	853.539,47
Outros Devedores	18.926.129,78	1.249.618,09	17.676.511,69	1.653.785,02
Depósitos Bancários e Caixa:	690.620,53		690.620,53	93.329,21
Depósitos Bancários	13.792,34		13.792,34	10.340,56
Caixa	704.412,87		704.412,87	103.669,77
Acrescimos a Diferimentos:				
Acrescimos e Proveitos	1.631,67		1.631,67	10.640,51
Custos Diferidos	217.935,90		217.935,90	136.897,25
	219.567,57		219.567,57	147.537,76
Total de Amortizações		44.828.305,4		
Total de Provisões		2.122.717,51		
Total de Activo	177.959.864,84	46.951.022,89	131.008.841,96	90.305.582,15

A Administração

O Técnico Oficial de Contas

31 de Dezembro 2001

	Exercícios	
	2001	2000
Capital Proprio e Passivo		
Capital Proprio:		
Capital	12.500.000,00	12.469.947,43
Acções (Quotas) Proprias:		
Valor Nominal	(1.676.096,21)	(3.529.072,29)
Premios e Descontos	(830.231,30)	(2.451.393,54)
Premios de Emissão de Acções (Quotas)	4.888.219,39	4.888.219,39
Diferenças de Consolidação	3.127.481,11	7.505.389,80
Ajustamentos de partes de Capital em Filiais e Associadas	(243.974,54)	(243.974,54)
Reservas de Reavaliação	45.021.404,67	18.990.556,37
Reservas:		
Reservas Legais	2.784.873,71	423.839,25
Outras Reservas	887.857,05	1.090.207,50
Resultados Transitados	(38.310.183,65)	(37.935.629,23)
Resultado Liquido do Exercício	(5.494.608,81)	(5.112.386,94)
Total do Capital Proprio	22.654.741,42	(3.904.296,78)
Interesses Minoritários	5.727.910,02	(8.557.364,07)
Passivo		
Provisões para Riscos e Encargos:		
Outras Provisões p/ Riscos e Encargos	144.253,55	171.687,44
Dívidas a Terceiros - Médio e Longo Prazo		
Dívidas a Instituições de Crédito	-	-
Fornecedores Conta Corrente	-	-
Outros empréstimos Obtidos	-	-
Estado e Outros entes Públicos	-	-
Outros Credores	-	-
Dívidas a Terceiros - Curto Prazo		
Dívidas a Instituições de Crédito	82.649.580,00	86.720.821,38
Fornecedores Conta Corrente	1.797.952,49	3.143.467,81
Fornec.-Fact.Em Conferência	15.638,79	15.638,79
Fornecedores - Títulos a pagar	6.474,39	-
Fornecedores de Imob. - Títulos a Pagar	-	-
(Restantes Accionistas (Sócios)	24.899,22	24.897,66
Adiantamentos de Clientes	71.623,78	31.694,49
Outros Empréstimos Obtidos	-	-
Fornecedores de Imobilizado C/C	678.888,21	880.317,52
Estado e Outros Entes Públicos	6.836.784,49	4.842.010,65
Outros Credores	2.266.673,23	2.098.658,34
	94.348.514,58	97.757.506,63
Acréscimos e deferimentos:		
Acréscimos de custos	8.095.551,44	4.823.128,30
Proveitos diferidos	37.870,94	14.920,63
	8.133.422,38	4.838.048,93
Total do Passivo	102.626.190,51	102.767.243,00
Total do Capital Proprio dos interesses Minoritários e do Passivo	131.008.841,96	90.305.582,16

GRÃO-PARÁ HOTEL GROUP

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

31 de Dezembro de 2001

EUR Pag. 2/1

CUSTOS E PERDAS	Exercícios			
	2001		2000	
Custo das Mercadorias vendidas e Materias-Primas consumidas:				
Mercadorias	615.575,78		187.708,82	
Materias	1.184.723,83	1.800.299,60	1.134.576,95	1.322.285,76
Fornecimento e Serviços Externos		2.723.865,20		3.032.527,06
Custos com o pessoal:				
Remunerações	4.674.507,56		4.377.057,32	
Encargos Sociais:				
Outros	934.330,74	5.608.838,30	857.389,00	5.234.446,33
Amortizações de Imobilizações Corpóreas e Incorpóreas	1.877.505,94		1.926.158,26	
Provisões	370.978,02	2.248.483,95	507.914,47	2.434.072,72
Impostos	249.094,84		211.179,92	
Outros Custos Operacionais	437.368,91	686.463,75	533.086,93	744.266,85
(A)		13.067.950,80		12.767.598,72
Juros e Custos Similares				
Outros	10.202.227,44	10.202.227,44	10.552.321,18	10.552.321,18
(C)		23.270.178,24		23.319.919,90
Custos e Perdas Extraordinários		579.792,82		18.811.123,69
(E)		23.849.971,06		42.131.043,59
Imposto sobre o Rendimento		226.601,66		177.701,61
(G)		24.076.572,73		42.308.745,20
Interesses Minoritários		68.802,78		(11.735.277,05)
Result. Consolidado Líquido do Exercício		(5.494.608,81)		(5.112.386,94)
		18.650.766,69		25.461.081,21

A Administração



O Técnico Oficial de Contas



GRÃO-PARÁ HOTEL GROUP

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

31 de Dezembro de 2001

EUR

Pag. 2/2

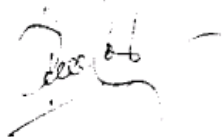
Proveitos e Ganhos	Exercícios			
	2001		2000	
Vendas:				
Mercadorias	2.486.630,22		1.146.173,70	
Produtos	73.826,50		39.259,01	
Prestação de Serviços	8.592.642,90	11.153.099,62	8.641.378,83	9.826.811,54
Variação da produção		14.355,56		(1.808.942,76)
Trabalhos p/ Propria Empresa				
Outros Proveitos Operacionais	-		-	
Proveitos Suplementares	589.272,32	589.272,32	359.530,36	359.530,36
(B)		11.756.727,50		8.377.399,13
Outros Juros e Proveitos Similares				
Outros	475,69	475,69	2.876,94	2.876,94
(D)		11.757.203,19		8.380.276,08
Proveitos e Ganhos Extraordinários		6.893.563,50		17.080.805,13
(F)		18.650.766,69		25.461.081,21

Resumo:

Resultados Operacionais (B) - (A)	(1.311.223,30)	(4.390.199,59)
Resultados Financeiros (D-B) - (C-A)	(10.201.751,75)	(10.549.444,24)
Resultados Correntes (D) - (C)	(11.512.975,05)	(14.939.643,82)
Resultado Antes de Imposto (F) - (E)	(5.199.204,37)	(16.669.962,38)
Resultado Consolidado (F) - (G) (com Interesses Minoritários do exercício)	(5.425.806,03)	(16.847.663,99)

A Administração

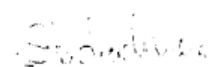
O Técnico Oficial de Contas

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES

EUR

	EXERCÍCIOS	
	2001	2000
Vendas e prestações de serviços	11.153.099,62	9.826.811,54
Custos de vendas e das prest. Serviços	5.162.701,19	6.644.423,88
Resultados Brutos	5.990.398,43	3.182.387,66
Outros proveitos e ganhos operacionais	604.355,60	762.735,30
Custos de Distribuição	961.221,80	542.644,91
Custos Administrativos	3.409.395,02	3.753.005,72
Outros custos e perdas operacionais	3.545.160,78	4.039.671,91
Resultados Operacionais	(1.321.023,58)	(4.390.199,59)
Custo líquido de financiamento	9.091.318,33	9.095.146,59
Ganhos (perdas) em filiais e associadas		
Ganhos (perdas) em outros investimentos		
Resultados não usuais ou não frequentes	463.966,36	(2.939.611,75)
Resultados Correntes	(9.948.375,54)	(16.424.957,93)
Imposto s/ Resultados correntes	226.601,66	177.701,61
Resultados Correntes após impostos	(10.174.977,21)	(16.602.659,54)
Resultados Extraordinários	4.749.171,17	(245.004,45)
Imposto s/ Resultados Extraordinários		
Resultados Líquidos com Interesses Minoritários	(5.425.806,03)	(16.847.663,99)
Resultado por Ação		

GRÃO-PARÁ HOTEL GROUP

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADOS
2001

EUR

Actividades Operacionais:

Recebimentos de clientes	12.184.791,71	
Pagamentos a fornecedores	-3.379.557,71	
Pagamentos ao pessoal	-2.452.572,38	
Fluxo gerado pelas operações	6.352.661,63	
Pag/Rec. Do imposto sobre o Redimento	-31.577,46	
Outros Rec/Pag. relativos a actividade operacional	3.947.893,34	
Fluxos gerados antes das rub. Extraordinárias	10.268.977,51	
Recebimentos relacionados c/ rub. Extraordinárias	4.487,41	
Pagamentos relacionados c/ rub. Extraordinárias	-7.520,92	
Fluxos das actividades operacionais (1)		10.265.943,99

Actividades de investimento:

Recebimentos provenientes de:		
Investimentos financeiros	604.448,22	
		604.448,22
Pagamentos respeitantes a:		
Investimentos financeiros	-33.924,71	
		570.523,51
Fluxos das actividades de investimento (2)		

Actividades de financiamento:

Pagamentos respeitantes a:		
Empréstimos obtidos	-1.022.557,96	
Amort. De contratos de locação financeira	-23.307,63	
Juros e custos similares	-5.053.258,37	
		-6.099.123,96
Fluxos das de financiamento (3)		
Variação de caixa e seus equivalentes		4.737.343,55
Efeitos das diferenças de cambio		-1.100.574,29
Caixa e seus equivalentes no inicio do periodo		-28.677.450,08
Caixa e seus equivalentes no fim do periodo		-23.339.363,38

Âmbito

4. Excepto quanto à limitação referida no parágrafo 7 abaixo, o exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu: i) a verificação de as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas e, para os casos significativos em que o não tenham sido, a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações nelas constantes e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação; ii) verificação das operações de consolidação e da aplicação do método de equivalência patrimonial; iii) a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; iv) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; v) a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras; e (vi) a apreciação se a informação financeira consolidada é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

5. O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira consolidada constante do relatório de gestão com os restantes documentos de prestação de contas.

6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Reservas

7. À data de 31 de Dezembro de 2001, encontravam-se em mora responsabilidades perante a Administração fiscal e a Segurança Social, no montante de cerca de 6.680.440 Euros, pelo que poderão ser liquidados às empresas do grupo juros, que poderão ascender a cerca de 1.268.320 Euros, e coimas, cuja aplicação e montante estão dependentes de decisão administrativa, encontrando-se apenas provisionado do valor correspondente a juros, cerca de 1.191.320 Euros. Considerando que, após o Acordo de Fecho do Acordo Global, as empresas do grupo subscritoras deste acordo se constituíram credoras do Estado Português, tendo instaurado um processo para o reconhecimento de um crédito fiscal e para a possibilidade da sua utilização no pagamento de impostos e outras dívidas de natureza fiscal, incluindo Segurança Social (Nota nº 51 do Anexo), não conseguimos apurar da extensão das eventuais responsabilidades inerentes àquela situação.

8. As empresas do grupo Interhotel, S.A. e Matur, S.A. são rés em processos judiciais movidos por um fornecedor comum, para os quais, no exercício anterior, foram proferidas sentenças de condenação ao pagamento de cerca de 1.496.395 Euros, encontrando-se apenas reconhecidas responsabilidades de cerca de 748.197 Euros, pelo que o Passivo está subvalorizado em aproximadamente 748.197 Euros e os Resultados transitados estão sobrevalorizados em igual montante.

9. Ainda na rubrica de Produtos e trabalhos em curso está incluído o valor de cerca de 1.225.150 Euros que deveria já ter sido reclassificado para a rubrica de Imobilizado corpóreo e amortizado em pelo menos cerca de 735.090 Euros, uma vez que corresponde a obras efectuadas há cerca de doze anos numa das unidades hoteleiras em exploração, pelo que o Activo, os Resultados transitados e o Resultado líquido do exercício estão sobrevalorizados em cerca de, respectivamente, 735.090 Euros, 673.840 Euros e 61.250 Euros.

Opinião

10. Em nossa opinião, excepto quanto aos efeitos dos eventuais ajustamentos que poderiam revelar-se necessários caso não existisse a limitação descrita no parágrafo 7 acima, e excepto quanto aos efeitos das situações descritas nos parágrafos 8 e 9 acima, as referidas demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada da **Imobiliária Construtora Grão Pará, S.A.** em 31 de Dezembro de 2001, o resultado consolidado das suas operações e os fluxos consolidados de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal e a informação nelas constante é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva, e lícita.

Ênfases

11. Sem afectar a opinião expressa no parágrafo anterior, chamamos a atenção para os seguintes factos:

i) No exercício corrente a Empresa mãe efectuou a reavaliação económica do edifício sede e de duas unidades hoteleiras, com base em relatórios de avaliação requeridos a peritos independentes credenciados de acordo com as normas da APAE (Associação Portuguesa de Avaliadores de Engenharia), tendo sido registado no Capital próprio um excedente no valor de 26.077.133 Euros. Para além destes imóveis, existem registados ainda outros activos da mesma natureza que poderão igualmente potenciar reservas contabilísticas de valor significativo (Nota nº 23ii) do Anexo).

ii) O Capital próprio e os Interesses minoritários foram também afectados positivamente, neste exercício, pelo reconhecimento contabilístico nas contas da Interhotel, SA. de 16.952.409 Euros, referente ao crédito fiscal (conforme referido no parágrafo 8 acima) que as empresas subscritoras do Acordo Global, suportadas em mais do que um parecer jurídico, entendem que lhes é devido, embora o reconhecimento efectivo se encontre sujeito a uma decisão definitiva por parte do Tribunal Tributário ou a uma decisão administrativa do Estado.

iii) Encontram-se relevados na rubrica de Produtos e trabalhos em curso projectos técnicos de significativa antiguidade no valor de cerca de 5.082.319 Euros. Embora parte deste montante tenha sido apurado com base em estimativas e na aplicação de tabelas de honorários, de acordo com cada uma das fases da sua execução, admitimos que a sua recuperação esteja assegurada, tendo em conta a recente evolução das

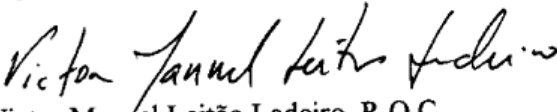
condições estratégicas inerentes ao desenvolvimento dos empreendimentos que se encontram associados a alguns daqueles projectos.

iv) A Sociedade Imobiliária do Autódromo Fernanda Pires da Silva, S.A. e a Autodril - Sociedade Imobiliária S.A. foram constituídas no âmbito do cumprimento do Acordo Global, tendo sido os seus capitais realizados em espécie através da transferência de patrimónios de propriedade da Autodril - Sociedade do Autódromo do Estoril, S.A., antes de ser transformada em sociedade gestora de participações sociais. Considerando que nestas operações o valor dos capitais realizados pela empresa participante diferiu dos valores registados no seu balanço como participação financeira, não conseguimos apurar a existência de eventuais responsabilidades fiscais associadas a estas operações, se tomarmos em conta as diversas interpretações técnicas sobre o assunto.

v) A concretização do Acordo Global possibilitou que fossem criadas as condições para promover o saneamento financeiro do Grupo a par do relançamento de anteriores projectos de empreendimentos imobiliários e hoteleiros. Assim, a perspectiva de inversão dos resultados operacionais negativos que as empresas do grupo têm vindo a registar só poderá estar assegurada na medida em que aquelas condições sejam potencializadas pelas Administrações de modo a garantir a mobilização dos recursos financeiros necessários à recuperação da posição financeira do Grupo.

Lisboa, 15 de Maio de 2002

Pereira Rosa, Victor Ladeiro, S.R.O.C.
(Inscrita no Registo de Auditores da CMVM sob o nº 8158)
Representada por:


Victor Manuel Leitão Ladeiro, R.O.C.

Extracto da Acta n.º69
IMOBILIÁRIA CONSTRUTORA GRÃO-PARÁ, S.A.

Aos vinte e oito dias do mês de Março de dois mil e dois, pelas dez horas, reuniu na Rua Castilho, número cinquenta, quarto andar em Lisboa, a Assembleia Geral da Imobiliária Construtora Grão-Pará S.A., Sociedade Aberta, pessoa colectiva número 500 136 971, com o capital social de doze milhões quinhentos mil Euro, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa sob o número trinta mil trezentos sessenta e cinco.

Esta reunião, foi presidida pelo Presidente da Mesa da Assembleia Geral, Senhor Dr. Júlio Corrêa Mendes e pela Vice-Presidente, D. Maria de Fátima Santos Pires.

Na ausência também dos secretários da Mesa, por motivo de doença, o Presidente da Mesa da Assembleia Geral convidou a Accionista Dr.ª Gabriela Martins, para o assessorar, matéria que obteve o acordo unânime dos Accionistas presentes.

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Mesa, para anunciar que se encontravam presentes, ou devidamente representados, dezoito Senhores Accionistas, detentores de 1.589.175 acções representando setenta vírgula sessenta e quatro por cento do capital social votante da Empresa, a que correspondem 15.892 votos pelo que considerou a Assembleia validamente constituída e apta para discutir e deliberar, acerca de todos os pontos da Ordem de Trabalhos.

O Senhor Presidente comunicou igualmente que as publicações legais para esta reunião foram atempadamente feitas e estão contidas no Jornal "Correio da Manhã" de vinte e um de Fevereiro último, no terceiro suplemento número quarenta e cinco à III série do Diário da República de vinte e dois de Fevereiro de dois mil e dois e ainda no Boletim da Bolsa de Valores de Lisboa de vinte de Abril do corrente ano, pelo que foram observados os prazos legais.

Acrescentou ainda, que a administração assegurara à Mesa que todos os documentos relativos aos pontos da Ordem de Trabalhos, tinham estado à disposição dos Senhores Accionistas nos prazos estipulados por Lei.

De seguida, A Vice-Presidente da Mesa, procedeu à leitura da Ordem de Trabalhos que é do seguinte teor:

- 1.º Apreciar e deliberar sobre o Relatório de Gestão e as Contas do Exercício elaboradas em termos individuais relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2001;
- 2.º Apreciar e deliberar sobre a proposta de aplicação de resultados relativa àquele exercício social;
- 3.º Proceder à apreciação geral da Administração e Fiscalização da sociedade;
- 4.º Eleição dos órgãos sociais para o triénio 2002/2004.

Estando preenchidos todos os requisitos legais, o Senhor Presidente declarou a Assembleia instalada e apta para deliberar sobre todos os pontos da Ordem de Trabalhos.

De seguida, anunciou estarem abertos os trabalhos e colocou primeiro à discussão e de seguida à votação o ponto número um da Ordem de Trabalhos. Como mais ninguém desejasse usar da palavra, o Senhor Presidente pô-lo à votação, tendo sido o mesmo aprovado por unanimidade.

De seguida, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Geral, colocou à discussão o ponto número dois da Ordem de Trabalhos. A Senhora Vice-Presidente da Mesa leu a proposta do Conselho de Administração, que é do seguinte teor: "Propomos que os resultados negativos, no valor de €5.568.689,59 (Esc.:1.116.422.026\$10), sejam transferidos para a conta de resultados transitados". Como mais ninguém desejasse usar da palavra sobre este ponto, o Senhor Presidente pô-lo à votação, tendo sido o mesmo aprovado por unanimidade.

De seguida, o Senhor Presidente colocou à discussão o ponto número três da Ordem de Trabalhos.

Pediu a palavra o Senhor Accionista Dr. Jorge Brito Pereira para pedir que fosse dado um voto de louvor aos Órgãos da Administração e Fiscalização da Sociedade, na pessoa de todos os seus membros. Como mais ninguém desejasse usar da palavra sobre este ponto, o Senhor Presidente pô-lo à votação juntamente com a sugestão feita pelo Senhor Accionista, tendo sido o mesmo aprovado por unanimidade.

De seguida, o Senhor Presidente colocou à discussão o ponto número quatro da Ordem de Trabalhos, cujo teor é o seguinte: "Eleição dos órgãos sociais para o triénio 2002/2004".

Seguidamente, foi entregue pelo Accionista Dr. Abel Pinheiro uma proposta dos órgãos sociais para o triénio 2002/2004, com o seguinte teor: "PROPOSTA - Proponho que a Assembleia Geral da Imobiliária Construtora Grão-Pará, S.A. eleja, para o triénio 2002/2004, os Órgãos Sociais seguintes:

Conselho de Administração

Dr^a Alexandra Zagury Teotónio Pereira Patel

Sr. Pedro Caetano Moura Pinheiro

Sr. Orlando Morazzo

Dr. Abel Saturnino da Silva de Moura Pinheiro

Sra. D. Fernanda Pires da Silva

Revisor Oficial de Contas e Fiscal Único

Presidente: Pereira Rosa, Victor Ladeiro, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, representada pelo Sr. Dr. Victor Ladeiro. Fiscal Suplente: Dr. Luis Pereira Rosa

Mesa da Assembleia Geral

Presidente: Dr. Júlio Corrêa Mendes

Vice-Presidente: Dr.^a Maria Manuel Sá Ferreira

Secretários: D. Maria de Fátima Nunes dos Santos Xabregas Pires e Dr. Filipe Luis Cazaux Afonso

Remunerações:

Proponho que, conforme deliberação já tomada em anteriores assembleias, os honorários dos Administradores anteriormente em vigor sejam os mesmos, no valor mensal de €5.484,00 para o Presidente do Conselho de Administração e de €4.855,00, para os restantes Administradores, corrigidos anualmente com o índice que vier a ser aplicado oficialmente ao salário mínimo nacional.

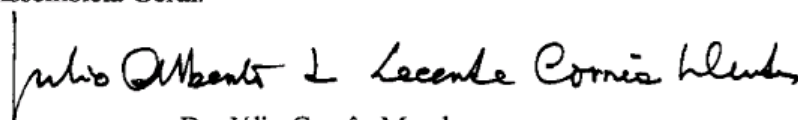
Mais proponho que os Administradores sem pelouro, em decorrência do que for deliberado em Conselho de Administração, tenham como remuneração apenas uma senha de presença de 100 Euros, por cada reunião do Conselho de Administração.

Para o Revisor Oficial de Contas e Fiscal Único, proponho uma remuneração anual de 14.000 Euros, paga em doze mensalidades, atualizável anualmente de acordo com os índices oficiais da inflação.

Lisboa, 28 de Março de 2002".

Como mais ninguém desejasse usar da palavra sobre o ponto número quatro da Ordem de Trabalhos, o Senhor Presidente pô-lo à votação, tendo sido o mesmo aprovado por unanimidade.

Esgotados os pontos da Ordem de Trabalhos, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Geral, declarou encerrada a Assembleia dela se lavrando a presente acta que vai ser assinada pelos Membros da Mesa da Assembleia Geral.



Dr. Júlio Corrêa Mendes
Presidente da Mesa da Assembleia Geral

Extracto da Acta n.º70
IMOBILIÁRIA CONSTRUTORA GRÃO-PARÁ, S.A.

Aos trinta e um dias do mês de Maio de dois mil e dois, pelas dez horas, reuniu na Rua Castilho, número cinquenta, quarto andar em Lisboa, a Assembleia Geral da Imobiliária Construtora Grão-Pará S.A., Sociedade Aberta, pessoa colectiva número 500 136 971, com o capital social de doze milhões quinhentos mil Euro, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa sob o número trinta mil trezentos sessenta e cinco.

Esta reunião, foi presidida pelo Presidente da Mesa da Assembleia Geral, Senhor Dr. Júlio Corrêa Mendes e secretariada pela Senhora D. Maria de Fátima Santos Pires e pelo Senhor Dr. Filipe Luis Cazaux Afonso.

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Mesa, para anunciar que se encontravam presentes, ou devidamente representados, 7 Senhores Accionistas, detentores de 835.137 acções representando 37% do capital social votante da Empresa, a que correspondem 8.350 votos pelo que considerou a Assembleia validamente constituída e apta para discutir e deliberar acerca de todos os pontos da Ordem de Trabalhos.

O Senhor Presidente comunicou igualmente que as publicações legais para esta reunião foram atempadamente feitas e estão contidas no Jornal "Correio da Manhã" de 29 de Abril último, no segundo suplemento número cem à III série do Diário da República de 30 de Abril de dois mil e dois e ainda no Boletim da Bolsa de Valores de Lisboa de 29 de Abril do corrente ano, pelo que foram observados os prazos legais.

Acrescentou ainda, que a administração assegurara à Mesa que todos os documentos relativos aos pontos da Ordem de Trabalhos, tinham estado à disposição dos Senhores Accionistas nos prazos estipulados por Lei.

De seguida, D. Fátima Pires, Secretária da Mesa, procedeu à leitura da Ordem de Trabalhos que é do seguinte teor:

- 1.º Deliberar sobre o Relatório Consolidado de Gestão e as Contas Consolidadas do Exercício de 2001 apresentadas pelo Conselho de Administração e sobre o Parecer do Fiscal Único;
- 2.º Proceder à apreciação Geral da Administração e Fiscalização da Sociedade.

Estando preenchidos todos os requisitos legais, o Senhor Presidente declarou a Assembleia instalada e apta para deliberar sobre todos os pontos da ordem de trabalhos.

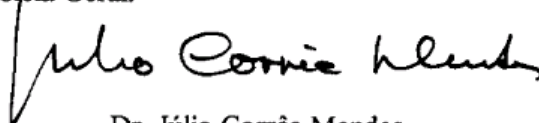
De seguida, anunciou estarem abertos os trabalhos e colocou primeiro à discussão e de seguida à votação o ponto n.º1 da Ordem de Trabalhos.

Como ninguém desejasse usar da palavra sobre o ponto número um da Ordem de Trabalhos, o Senhor Presidente pô-lo à votação, tendo sido o mesmo aprovado por unanimidade.

De seguida, o Senhor Presidente colocou à discussão o ponto número dois da Ordem de Trabalhos, cujo teor é o seguinte: "Proceder à apreciação geral da Administração e Fiscalização da Sociedade". Colocou também à votação uma apreciação positiva aos órgãos da Administração, na pessoa de todos os seus membros.

Como mais ninguém desejasse usar da palavra sobre o ponto número dois da Ordem de Trabalhos, o Senhor Presidente colocou à votação juntamente, as duas propostas, tendo sido ambas aprovadas por unanimidade.

Esgotados os pontos da Ordem de Trabalhos, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Geral, declarou encerrada a Assembleia dela se lavrando a presente acta que vai ser assinada pelos Membros da Mesa da Assembleia Geral.



Dr. Júlio Corrêa Mendes
Presidente da Mesa da Assembleia Geral

